



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE ESTRELA EM 08.04.2015

Aos 08 dias do mês de abril de 2015, compareceu à sede da 2ª Vara do Trabalho de Estrela a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0001205-09.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Titular Cloceimar Lemes Silva, pela Diretora de Secretaria, Janete Teresinha Sulzbach Henz, e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 10.12.2013

Data da última correição realizada: 21.05.2014

Data de Instalação do PJe: 10.12.2013

Jurisdição: Bom Retiro do Sul, Colinas, Estrela, Fazenda Vilanova, Imigrante, Paverama, Poço das Antas, Teutônia e Westfália.

**1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 08.04.2015**

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 2ª Vara do Trabalho de Estrela pertence à 64ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende 02 vagas de zoneamento, encontrando-se uma delas ocupada pelo Juiz Substituto **Maurício Joel Zanotelli**.

##### 2.1.2 Juiz Atual

Juiz	Situação	Período
Cloceimar Lemes Silva	<b>Juiz Titular</b>	Desde 10.12.2013

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 16.03.2015)



### 2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
*	Clocemar Lemes Silva	Desde 10.12.2013	Juiz Titular	-
1	Deise Anne Herold	06 a 23.02.2014	Atuação em razão das férias do Juiz Titular	20 dias
		05 e 06.05.2014	Atuação como Juíza Auxiliar	
2	Rogério Donizete Fernandes	25 a 31.08.2014	Atuação em razão das férias do Juiz Titular	7 dias
3	Maurício Joel Zanotelli (Juiz Substituto Zoneado)	07 a 14.01.2015	Atuação em razão das férias do Juiz Titular	8 dias
4	Charles Lopes Kuhn	15.01 a 05.02.2015	Atuação em razão das férias do Juiz Titular	21 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 16.03.2015)

### 2.1.4 Afastamentos do Juiz Titular durante o Período Correcionado

Juiz	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Clocemar Lemes Silva	Férias	06 a 23.02.2014 25 a 31.08.2014 07.01 a 05.02.2015	55 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 16.03.2015)

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Janete Teresinha Sulzbach Henz	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretora de Secretaria (CJ3)	10.12.2013
2	Francisco José Dorneles de Moraes Nunes	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	10.12.2013
3	Fabício Wilsmann	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	10.12.2013
4	Aliciene Bueno Antochaves de Lima	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretária de Audiência (FC03)	10.12.2013



5	Andréa Regina da Cunha Lemos Fabiane	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	10.12.2013
6	Jeferson Andreu Knecht	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	12.05.2014
7	Jane da Silva Almeida Marengo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>10.12.2013</b>
8	Viktor Mello Goulart	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	<b>28.07.2014</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.03.2015)

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média dos anos de 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
931 processos	751 a 1.000	<b>8 servidores</b>	9 a 10 servidores

Segundo normatização do CSJT, para estabelecer o número adequado de servidores na Unidade Judiciária é necessário obter a média da movimentação processual nos últimos 3 anos. No entanto, em virtude da instalação desta 2ª Vara do Trabalho no Foro de Estrela, em 10.12.2013, o cálculo da média processual foi alterado.

No intuito de resolver a padronização de lotação das Unidades, foi feito o cálculo da média de movimentação processual de cada uma das Varas do Foro Trabalhista de Estrela com base no número de processos ajuizados em 2013 e 2014, resultando em 931 processos.

Portanto, de acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 2ª Vara do Trabalho de Estrela está de **abaixo** do parâmetro previsto na referida norma.

## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Aliciene Bueno Antochaves de Lima</b>	Curso ou Evento	5	<b>5</b>
<b>Andréa Regina da Cunha Lemos Fabiane</b>	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	4	<b>4</b>
<b>Fabício Wilsmann</b>	-	-	-
<b>Francisco José Dorneles de Moraes Nunes</b>	-	-	-



<b>Jane da Silva Almeida Marengo</b>	-	-	-
<b>Janete Teresinha Sulzbach Henz</b>	Curso ou Evento	6	<b>14</b>
	Falecimento de Pessoa da Família	8	
<b>Jeferson Andreu Knecht</b>	-	-	-
<b>Viktor Mello Goulart*</b> (desde 28.07.2014)	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.03.2015)

\* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

## 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Charles Luz de Trois	10.12.2013	<b>07.05.2014</b>	4 meses e 28 dias	Lotação no Gab. Des. Gilberto dos Santos – Assistente de Gabinete (FC05)
2	Marcus Torres Fiori	10.12.2013	<b>27.07.2014</b>	7 meses e 18 dias	Remoção por permuta para o TRT da 18ª Região

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.03.2015)

## 2.2.5 Estagiários

	Estagiária	Curso em Andamento	Período
1	<b>Letícia Berte</b>	Superior em Direito	<b>15.08.2014 a 14.08.2015</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.03.2015)

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação do Juiz Titular e do Juiz Substituto Zoneado durante o Período Correccionado

Juiz		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	<b>Clocezar Lemes Silva</b>	-	-	67	<b>67</b>
Substituto Zoneado	<b>Maurício Joel Zanotelli</b>	-	12	68	<b>80</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.03.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).



### 2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
<b>Aliciene Bueno Antochaves de Lima</b>	-	6	46,5	<b>52,5</b>
<b>Andréa Regina da Cunha Lemos Fabiane</b>	-	4	43	<b>47</b>
<b>Fabício Wilsmann</b>	-	4	45	<b>49</b>
<b>Francisco José Dorneles de Moraes Nunes</b>	-	4	120	<b>124</b>
<b>Jane da Silva Almeida Marenco</b>	-	4	5	<b>9</b>
<b>Janete Teresinha Sulzbach Henz*</b>	20	-	74	<b>94</b>
<b>Jeferson Andreu Knecht</b>	-	20	-	<b>20</b>
<b>Viktor Mello Goulart</b>	-	-	-	<b>-</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.03.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

\* Gestora da Unidade Judiciária.

## 3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

### 3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
<b>Pendentes de finalização na fase de conhecimento*</b>	1.053	644	-38,84%	688	6,83%
<b>Pendentes de finalização na fase de liquidação**</b>	204	89	-56,37%	62	-30,34%
<b>Pendentes de finalização na fase de execução***</b>	556	687	23,56%	664	-3,35%
<b>Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução</b>	47	30	-36,17%	31	3,33%
<b>Total</b>	<b>1.860</b>	<b>1.450</b>	<b>-22,04%</b>	<b>1.445</b>	<b>-0,34%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

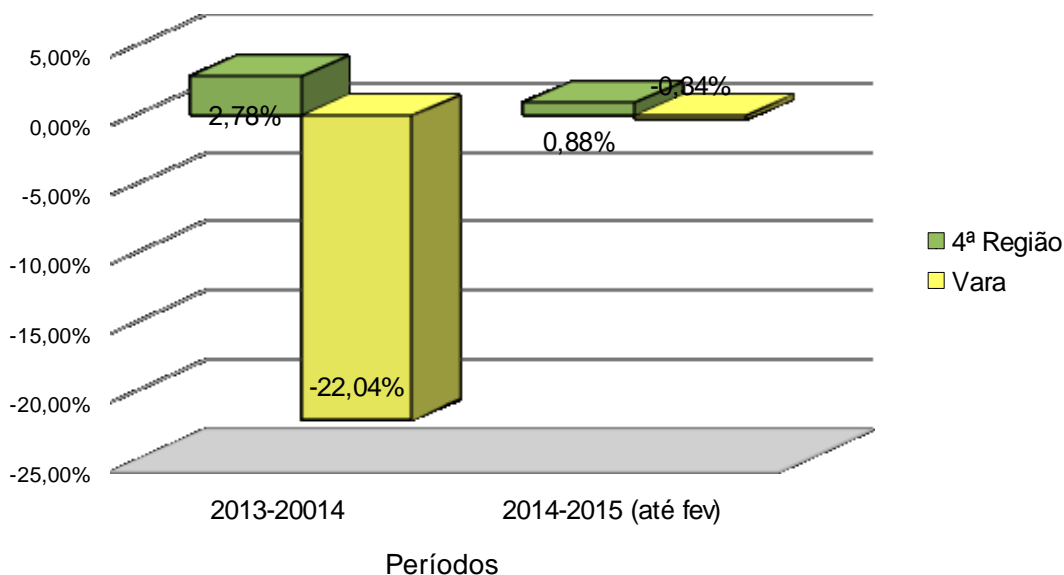
No ano de 2014, houve uma redução de 22,04% no acervo de processos



tramitando na Unidade Judiciária em relação ao ano anterior. Em números absolutos, o conhecimento foi a fase que apresentou maior queda no estoque (decréscimo de 409 processos). Por sua vez, o acervo de processos na fase de liquidação apresentou a maior redução percentual (56,37%) no período sob análise. Destaca-se, ainda, que a execução foi a única fase processual que apresentou elevação de estoque nesse período.

A redução no acervo de processos da 2ª Vara do Trabalho de Estrela em 2014 destoou da tendência apresentada pela 4ª Região no período, quando registrado um aumento médio de 2,78% no número de processos em tramitação.

Variação percentual do acervo de processos tramitando



## 3.2 FASE DE CONHECIMENTO

### 3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
<b>Casos novos</b>	493	799	62,07%	153	-80,85%
<b>Sentenças anuladas/reformadas</b>	0	2	-	1	-50,00%
<b>Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*</b>	21	861	4.000,00%	88	-89,78%
<b>Processos pendentes de solução</b>	<b>472</b>	<b>310</b>	<b>-34,32%</b>	<b>382</b>	<b>23,23%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

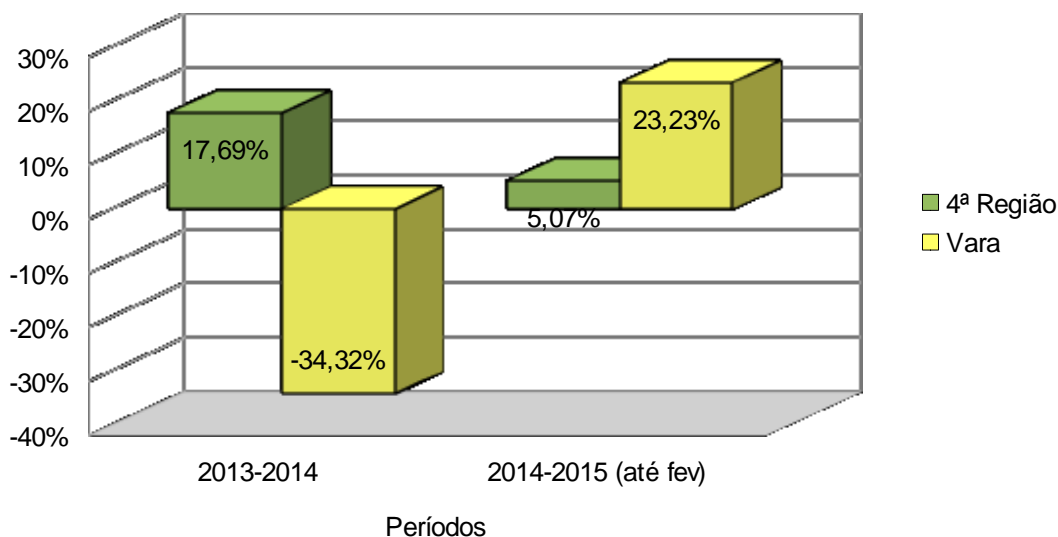
\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito



No ano de 2014, registrou-se uma redução de 34,32% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao ano anterior (de 472 para 310 processos) – índice que vai de encontro à tendência verificada na 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento registrou aumento de 17,69%. O principal fator que contribuiu para essa queda no acervo foi o expressivo aumento no número de processos solucionados, o qual foi 7,49% superior ao número de casos novos no período sob análise.

Cumprе salientar, ainda, que a grande variação no número de processos recebidos e solucionados, na comparação entre os anos de 2013 e 2014, resulta da redistribuição dos processos da 1ª Vara do Trabalho de Estrela para a 2ª Vara quando da instalação desta, em dezembro de 2013.

Variação percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que em 31.12.2014 a maior parte destes (66,77%) se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar a existência, nessa data, de apenas três processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo:



<b>Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento</b>					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
<b>Aguardando 1ª sessão de audiência</b>	23	60	160,87%	116	93,33%
<b>Aguardando encerramento da instrução</b>	431	207	-51,97%	226	9,18%
<b>Aguardando prolação de sentença – no prazo</b>	18	40	122,22%	34	-15,00%
<b>Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido</b>	0	3	-	6	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>472</b>	<b>310</b>	<b>-34,32%</b>	<b>382</b>	<b>23,23%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

### 3.2.2 Taxa de Congestionamento\*

<b>Taxa de congestionamento – fase de conhecimento</b>					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
<b>Estrela – 2ª Vara</b>	97,80%	32,36%	-66,91%	81,03%	150,38%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	40,94%	44,33%	8,28%	87,18%	96,66%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

\* Taxa de congestionamento =  $1 - \frac{\text{número de processos solucionados}}{\text{resíduo anterior} + \text{processos recebidos}}$

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período em relação ao total pendente de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 32,36% no ano de 2014, constatando-se uma redução de 66,91% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, a seu turno, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 11,97 pontos percentuais.





### 3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 28.02)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	14	66,67	563	65,39	44	50,00
	Julgado procedente	0	0,00	3	0,35	2	2,27
	Julgado procedente em parte	6	28,57	185	21,49	14	15,91
	Julgado improcedente	0	0,00	31	3,60	7	7,95
	Extinto	0	0,00	1	0,12	0	0,00
	Outras decisões	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sem exame de mérito	Extinto	0	0,00	14	1,63	18	20,45
	Arquivamento (art. 844 CLT)	1	4,76	55	6,39	1	1,14
	Desistência	0	0,00	8	0,93	2	2,27
	Outras decisões	0	0,00	1	0,12	0	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>21</b>	<b>100</b>	<b>861</b>	<b>100</b>	<b>88</b>	<b>100</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

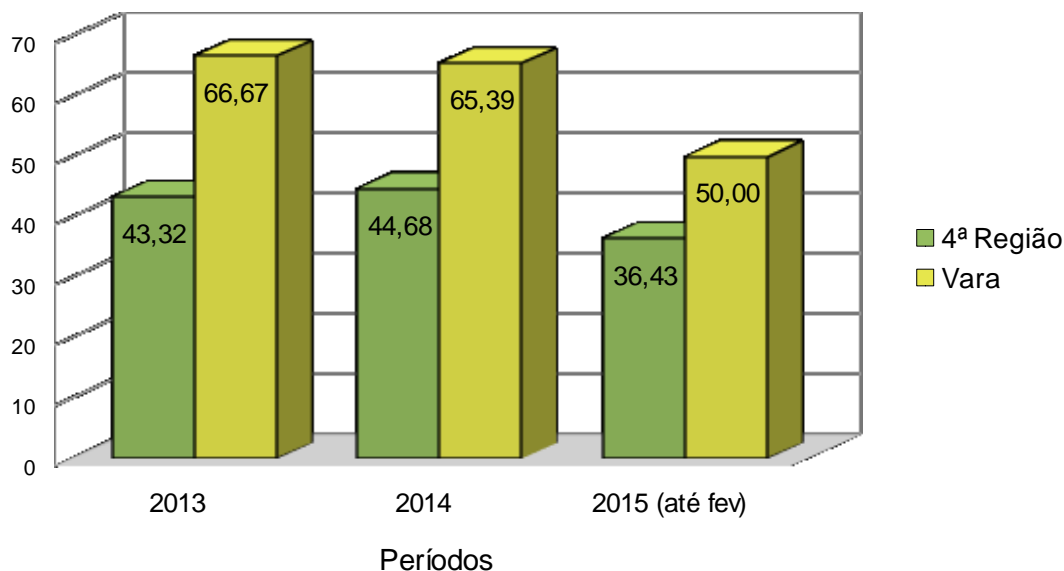
Verificou-se uma elevação de 840 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014 na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 4.000%. Esse aumento destoava da tendência apresentada na 4ª Região, a qual apresentou uma redução média de 2,67% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013. Deve-se ter em conta, todavia, que essa elevação decorre do fato de que a instalação da Unidade Judiciária se deu em dezembro de 2013, conforme já referido.

Dentre os tipos de solução, constatou-se que, excluindo-se as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 220 decisões com resolução de mérito na Unidade. O desempenho da Unidade nesse quesito se mostra abaixo da média do TRT4, o qual registrou um número médio de 462,31 decisões com resolução de mérito nesse período.

A análise do quadro acima demonstra, ainda, uma leve redução no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária: em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 14, representando 66,67% dos processos solucionados; já em 2014, o número total de conciliações alcançou 563, correspondendo a 65,39% - índice, ainda assim, bastante superior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%.



### Percentual de conciliações nos processos solucionados



## 3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

### 3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
<b>Iniciadas</b>	395	278	-29,62%	9	-96,76%
<b>Encerradas</b>	5	392	7740,00%	32	-91,84%
<b>Pendentes</b>	204	86	-57,84%	61	-29,07%
<b>Arquivo Provisório</b>	0	0	-	0	-

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação caiu de 204, em 2013, para 86, em 2014, importando em uma redução de 57,84%. Esse percentual vai de encontro ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%).

Um dos principais motivos dessa redução foi o expressivo aumento no número de liquidações encerradas, o qual foi 41,01% superior ao número de liquidações iniciadas no período sob análise.



### 3.3.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
<b>Estrela – 2ª Vara</b>	99,48%	18,67%	-81,23%	66,32%	255,16%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	42,12%	44,16%	4,83%	83,81%	89,79%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

\* Taxa de congestionamento =  $1 - \frac{\text{Número liquidações encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{liquidações iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na 2ª Vara do Trabalho de Estrela foi de 18,67% no ano de 2014, constatando-se uma queda de 81,23% em relação ao índice do ano anterior. Em contrapartida, na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade Judiciária foi 25,49 pontos percentuais inferior ao congestionamento médio do TRT4.

### 3.4 FASE DE EXECUÇÃO

#### 3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
<b>Entrada</b>	<b>Iniciadas</b>	556	487	-12,41%	55	-88,71%
	<b>Desarquivadas para prosseguimento</b>	0	2	-	0	-100,00%
<b>Saídas</b>	<b>Encerradas</b>	9	423	4.600,00%	10	-97,64%
	<b>Arquivadas Provisoriamente</b>	0	38	-	0	-100,00%
<b>Pendentes</b>	<b>Exclusivamente crédito previdenciário</b>	10	2	-80,00%	3	50,00%
	<b>Demais</b>	537	531	-1,12%	556	4,71%
	<b>Total</b>	<b>547</b>	<b>533</b>	<b>-2,56%</b>	<b>559</b>	<b>4,88%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		0	38	-	38	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na 2ª Vara do Trabalho de Estrela caiu de 547 para 533 processos, o que corresponde a uma redução de 2,56% em relação ao ano anterior. Esse índice é similar à tendência apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio. Destaca-se que, no ano de 2014, houve um relativo equilíbrio entre o número de execuções iniciadas (489) e o número de execuções encerradas (461).



### 3.4.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
<b>Estrela – 2ª Vara</b>	99,41%	59,09%	-40,56%	98,30%	66,35%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	69,60%	70,81%	1,74%	95,02%	34,19%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 59,09% no ano de 2014, constatando-se uma redução de 40,56% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 11,72 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
<b>Estrela – 2ª Vara</b>	99,48%	59,09%	-40,60%	98,40%	66,53%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	84,51%	84,91%	0,47%	97,34%	14,63%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo não altera a taxa de congestionamento da 2ª Vara do Trabalho de Estrela na fase de execução, a qual segue correspondendo a 59,09% - inferior à taxa registrada no ano anterior em 40,60%. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser 25,82 pontos percentuais menor, o que demonstra maior efetividade na execução do que aquela verificada em todo TRT4.

### 3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
<b>Processos com inclusão de devedor no BNDT</b>	2	215	10.650%	13	-93,95%
<b>Processos com exclusão de devedor no BNDT</b>	0	39	-	5	-87,18%
<b>Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT</b>	2	183	9.050%	192	4,92%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 2ª Vara do Trabalho de Estrela, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 28.02.2015. Dessa consulta, resultou uma lista de **44 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

<b>1</b>	<b>0104600-12.2009.5.04.0781</b>
<b>Situação processual:</b> em 05.08.2014, foi determinada a expedição de Certidões de Habilitação de Crédito aos respectivos credores. Em 18.11.2014, foi publicado despacho determinando o arquivamento dos autos. Em 22.12.2014, foi inserido o andamento "extinta a execução". Em 12.02.2015, o processo foi arquivado definitivamente. <b>Histórico BNDT:</b> em 13.09.2011, a executada "Calçados Majolo Ltda. (Massa Falida de)" foi incluída no BNDT. Em 13.05.2014, foi inserida a anotação da situação "sem garantia total do juízo".	
<b>2</b>	<b>0156100-20.2009.5.04.0781</b>
<b>Situação processual:</b> em 12.12.2014, foi determinada a expedição de Certidões de Habilitação de Crédito aos respectivos credores. Em 23.12.2014, foi inserido o andamento "extinta a execução". <b>Histórico BNDT:</b> em 13.09.2011, a executada "Calçados Majolo Ltda. (Massa Falida de)" foi incluída no BNDT. Em 31.05.2014, os coexecutados "Devans Calçados Ltda.", "Calçados Correa & Souza Ltda." e "José Silvio da Rosa" foram incluídos no BNDT. Também em 31.03.2014, foi inserida a anotação da situação "sem garantia total do juízo" relativa a todos os coexecutados.	
<b>3</b>	<b>0037500-40.2009.5.04.0781</b>
<b>Situação processual:</b> em 01.09.2014, foi determinada a expedição de Certidões de Habilitação de Crédito aos respectivos credores. Em 23.12.2014, foi inserido o andamento "extinta a execução". Em 20.02.2015, foi publicado despacho determinando o arquivamento dos autos. <b>Histórico BNDT:</b> em 12.09.2011, o executado "Atelier de Calçados Carlos e Juliane Ltda." foi incluído no BNDT. Em 13.09.2011, a executada "Calçados Majolo Ltda. (Massa Falida de)" também foi incluída no BNDT. Em 04.02.2014, foi inserida a anotação da situação "sem garantia total do juízo" relativa a ambos os coexecutados.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 18.03.2015)

Além dos processos supralistados, também se encontram com reclamados inscritos no BNDT, apesar de suas execuções terem sido extintas, os seguintes processos já arquivados definitivamente:



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Processo nº		
0012100-24.2009.5.04.0781	0147700-17.2009.5.04.0781	0149700-87.2009.5.04.0781
0150100-04.2009.5.04.0781	0150900-32.2009.5.04.0781	0151000-84.2009.5.04.0781
0151100-39.2009.5.04.0781	0151600-08.2009.5.04.0781	0152200-29.2009.5.04.0781
0153300-19.2009.5.04.0781	0154400-09.2009.5.04.0781	0154500-61.2009.5.04.0781
0154800-23.2009.5.04.0781	0154900-75.2009.5.04.0781	0155400-44.2009.5.04.0781
0155700-06.2009.5.04.0781	0155800-58.2009.5.04.0781	0155900-13.2009.5.04.0781
0156200-72.2009.5.04.0781	0157000-03.2009.5.04.0781	0157300-62.2009.5.04.0781
0157700-76.2009.5.04.0781	0158200-45.2009.5.04.0781	0158400-52.2009.5.04.0781
0000170-72.2010.5.04.0781	0022300-90.2009.5.04.0781	0024500-70.2009.5.04.0781
0032400-07.2009.5.04.0781	0000400-17.2010.5.04.0781	0000423-60.2010.5.04.0781
0046900-78.2009.5.04.0781	0047600-54.2009.5.04.0781	0051300-38.2009.5.04.0781
0073800-98.2009.5.04.0781	0008400-40.2009.5.04.0781	0008700-02.2009.5.04.0781
0009100-16.2009.5.04.078	0093500-60.2009.5.04.0781	0009800-89.2009.5.04.0781
0009900-44.2009.5.04.0781	0048900-51.2009.5.04.0781	-

Destaca-se que, conforme Orientação desta Corregedoria Regional (encaminhada por correio eletrônico em 17 e 18.11.2014 à todas as unidades judiciárias) em relação ao procedimento de arquivamento definitivo das demandas em que figure no polo passivo empresas na situação de Massa Falida, é devida a exclusão dos dados da parte no BNDT após a expedição da Certidão de Habilitação de Créditos aos respectivos credores, porquanto tal medida é implícita ao arquivamento definitivo dos autos.

### 3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2013			2014			2015 (até 28.02)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	2	1	1	44	43	8	9	37	9
<b>Antecipações de tutela</b>	3	1	3	54	54	8	12	6	15
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	1	0	1	8	9	1	1	0	2
<b>Embargos à execução</b>	1	1	0	125	117	10	1	2	9
<b>Embargos à arrematação</b>	0	0	0	3	4	0	0	0	0
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Exceções de pré-executividade</b>	1	0	1	1	0	2	0	0	2
--------------------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

Analisando-se os dados do quadro acima, constata-se um número total de 235 incidentes processuais recebidos em 2014. As espécies de incidentes que apresentaram ingresso mais expressivo foram os embargos à execução (125), as antecipações de tutela (54) e os embargos de declaração (44). Constata-se, ainda, que foram julgados um total de 227 incidentes processuais no ano em questão, do que resultou um saldo de 29 incidentes pendentes de decisão em 31.12.2014.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

<b>1</b>	<b>0000217-12.2011.5.04.0781</b>
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a apresentação, em 17.09.2014, de <b>embargos à execução</b> pela terceira reclamada. Em 25.09.2014, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de conhecer os embargos apresentados, por ausente a indispensável garantia integral da execução. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente processual no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
<b>2</b>	<b>0001127-68.2013.5.04.0781</b>
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a apresentação, em 11.12.2013, de <b>exceção de pré-executividade</b> pela reclamada. Em 18.12.2013, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de conhecer a exceção apresentada, porquanto a execução já teria tido início (encontrando-se, inclusive, garantida). Posteriormente, em 03.11.2014, a reclamada apresentou <b>embargos à execução</b> . Em 10.11.2014, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de conhecer os embargos apresentados, por intempestivos. Verifica-se, contudo, que não foram dados os andamentos correspondentes às baixas dos incidentes processuais no sistema informatizado, de modo que estes seguem constando como pendentes de solução.	
<b>3</b>	<b>0101700-95.2005.5.04.0781</b>
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a apresentação, em 02.05.2014, de <b>exceção de pré-executividade</b> pela quarta reclamada. Em 14.05.2014, foi publicado despacho no qual o Juízo rejeitou liminarmente a exceção apresentada, por não vislumbrar nenhum vício grave no processo que pudesse autorizar o debate da matéria sem a garantia do Juízo. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente processual no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 18.03.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.



## 4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

### 4.1 FASE DE CONHECIMENTO

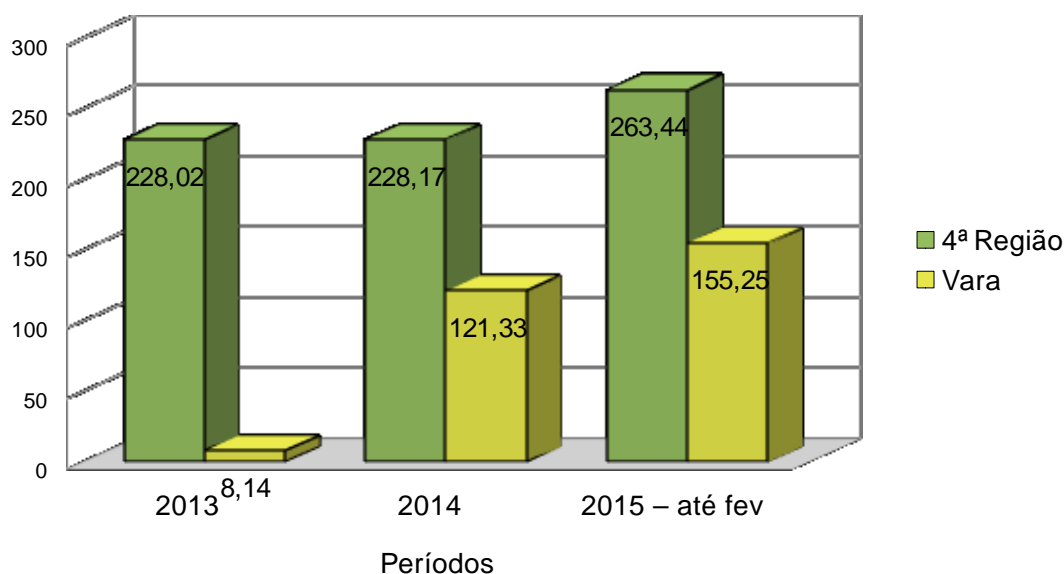
		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	<b>Sumaríssimo</b>	9,00	50,63	462,59%	42,05	-16,95%
	<b>Ordinário</b>	8,10	124,72	1.439,81%	159,25	27,68%
	<b>Total</b>	<b>8,14</b>	<b>121,33</b>	<b>1.390,00%</b>	<b>155,25</b>	<b>27,96%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 2ª Vara do Trabalho de Estrela apresentou uma elevação de 1.390%, passando de 8,14 para 121,33 dias - reflexo da redistribuição dos processos da 1ª Vara para a 2ª Vara do Trabalho quando da criação desta. No rito sumaríssimo, o prazo médio passou de 9,00 para 50,63 dias; a seu turno, o rito ordinário registrou um prazo médio de 124,72 dias.

A despeito desse aumento, contudo, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 46,83% mais célere (106,84 dias) do que a média de todas as Unidades do TRT4. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de conhecimento







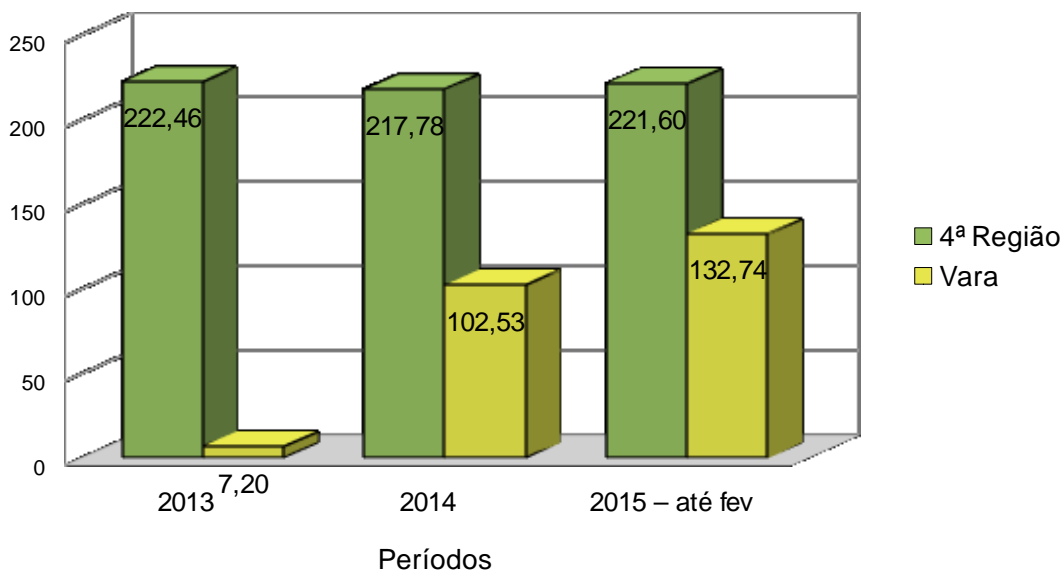
## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	-	75,84	-	158,00	108,34%
	Ordinário	7,20	106,04	1.372,77%	130,93	23,47%
	Total	<b>7,20</b>	<b>102,53</b>	<b>1.324,02%</b>	<b>132,74</b>	<b>29,46%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 75,84 dias; por sua vez, no rito ordinário o prazo médio alcançou 106,04 dias. Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi de 102,53 dias, 52,92% mais célere (115,25 dias) do que o desempenho de toda a 4ª Região em 2014. Especificações no gráfico abaixo:

**Prazo médio total - fase de liquidação**





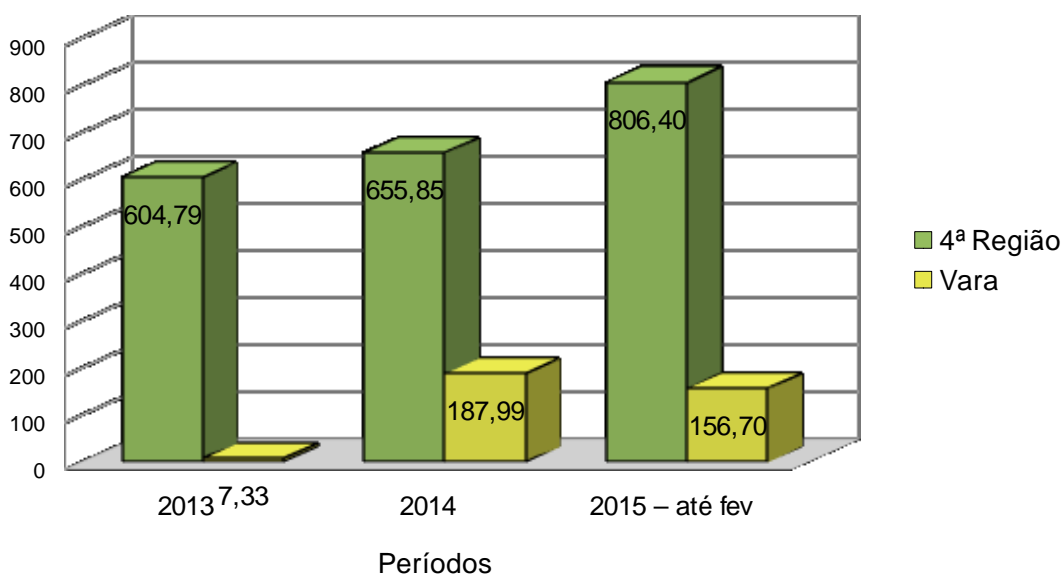
### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	7,33	190,09	2.493,28%	132,67	-30,21%
	Ente público	-	148,70	-	192,75	29,62%
	<b>Total</b>	<b>7,33</b>	<b>187,99</b>	<b>2.464,61%</b>	<b>156,70</b>	<b>-16,64%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

O prazo médio de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária em 2014 nos processos em que o executado era ente privado foi de 190,09 dias; por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução em 2014 foi de 148,70 dias. Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução – 187,99 dias – foi 71,34% mais célere (467,86 dias) do que a média regional.

**Prazo médio total - fase de execução**





## **5 METAS**

### **5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014**

**5.1.1 Meta 2 - 2009:** *“Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.*

<b>META 2/2009 CNJ</b>	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0 processos	<b>Meta cumprida</b>

*\*Apesar de a Unidade ter sido instalada somente em 10.12.2013, há processos redistribuídos cujo ano de autuação é igual ou anterior a 2005.*

**5.1.2 Meta 2 – 2010:** *“Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.*

<b>META 2/2010 CNJ</b>	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0 processos	<b>Meta cumprida</b>

*\*Apesar de a Unidade ter sido instalada somente em 10.12.2013, há processos redistribuídos cujo ano de autuação é igual ou anterior a 2007.*

**5.1.3 Meta 2 – 2012:** *“Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.*

<b>META 2/2012 CNJ</b>			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
53	9	<b>16,98%</b>	<b>Meta não cumprida</b>

*\*Apesar de a Unidade ter sido instalada somente em 10.12.2013, há processos redistribuídos cujo ano de autuação é 2008.*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Processo nº	Situação Processual
105900-43.2008.5.4.781	<p>Os 44 processos listados neste item foram recebidos da 1ª Vara do Trabalho de Estrela por redistribuição em 10.12.2013 (data da instalação da 2ª Vara do Trabalho de Estrela) e, embora por equívoco na ocasião do cadastramento constem no sistema inFOR como se estivessem na fase de conhecimento, efetivamente se encontram apensados ao processo nº 0105700-36.2008.5.04.0781, o qual se encontra em fase de execução.</p>
106000-95.2008.5.4.781	
106200-5.2008.5.4.781	
106300-57.2008.5.4.781	
106400-12.2008.5.4.781	
106600-19.2008.5.4.781	
106800-26.2008.5.4.781	
106900-78.2008.5.4.781	
107100-85.2008.5.4.781	
107300-92.2008.5.4.781	
107400-47.2008.5.4.781	
107500-2.2008.5.4.781	
107600-54.2008.5.4.781	
107700-9.2008.5.4.781	
107900-16.2008.5.4.781	
108200-75.2008.5.4.781	
108300-30.2008.5.4.781	
108400-82.2008.5.4.781	
108500-37.2008.5.4.781	
108600-89.2008.5.4.781	
108700-44.2008.5.4.781	
108900-51.2008.5.4.781	
109300-65.2008.5.4.781	
109400-20.2008.5.4.781	
109500-72.2008.5.4.781	
109600-27.2008.5.4.781	
109700-79.2008.5.4.781	
109800-34.2008.5.4.781	
110000-41.2008.5.4.781	
110100-93.2008.5.4.781	
110200-48.2008.5.4.781	
110300-3.2008.5.4.781	
110400-55.2008.5.4.781	
110700-17.2008.5.4.781	
110800-69.2008.5.4.781	
110900-24.2008.5.4.781	
111000-76.2008.5.4.781	
111300-38.2008.5.4.781	
111400-90.2008.5.4.781	
111900-59.2008.5.4.781	
112400-28.2008.5.4.781	
112700-87.2008.5.4.781	
112800-42.2008.5.4.781	
112900-94.2008.5.4.781	

**5.1.4 Meta 2 – 2013:** “Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
11	11	100,00%	Meta cumprida



*\*Apesar de a Unidade ter sido instalada somente em 10.12.2013, há processos redistribuídos cujo ano de autuação é 2009.*

## 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

**5.2.1 Meta 1:** “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
799	861	<b>107,76%</b>	<b>Meta cumprida</b>

**5.2.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.

META 2/2014 CNJ			
Distribuídos em 2011	Nº de processos ajuizados em 2011 e já solucionados	%	Resultado
14	12	<b>85,71%</b>	<b>Meta não cumprida</b>
Distribuídos em 2012	Nº de processos ajuizados em 2012 e já solucionados	%	
33	31	<b>93,94%</b>	

*\*Apesar de a Unidade ter sido instalada somente em 10.12.2013, há processos redistribuídos cujos anos de autuação são 2011 e 2012.*

**5.2.3 Meta 5:** “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

**Observação:** O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (*percentual precedido do sinal positivo*) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (*percentual precedido do sinal negativo*) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.



META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
<b>Não aplicável – Vara instalada apenas em 10.12.2013</b>	
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
<b>Não aplicável – Vara instalada apenas em 10.12.2013</b>	

*\*A Unidade não possuía processos em fase de cumprimento de sentença e/ou de execução (fiscal e/ou não fiscal) não baixados definitivamente em 31.12.2011.*

**5.2.4 Meta 6:** *“Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.*

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0 processos	<b>Meta cumprida</b>

*\*Apesar de a Unidade ter sido instalada somente em 10.12.2013, há processos redistribuídos cujo ano de autuação é igual ou anterior a 2011.*

### 5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.3.1 Meta 1:** *“Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.*

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 28.02.2015	Solucionados até 28.02.2015	%	Resultado parcial (até fevereiro)
153	88	<b>57,52%</b>	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta</b>

**5.3.2 Meta 2:** *“Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.*

META 2/2015 CNJ			
Distribuídos em 2013	Nº de processos ajuizados em 2013 e já solucionados	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até fevereiro)
493	489	<b>99,19%</b>	<b>Meta já cumprida</b>



**5.3.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 28.02)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 28.02)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até fevereiro)
55	78	141,82%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

**5.3.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até fevereiro)
0 processos	Meta já cumprida

**5.3.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ				
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014	Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (28.02.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até fevereiro)
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
2º Estado do Rio Grande do Sul	1	0	0	
3º Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	0	
4º Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	2	3	1	
5º União	1	1	0	
6º OI S.A.	0	0	0	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

7º	<u>Proservi Serviços de Vigilância Ltda.</u> (Em Recuperação Judicial)	0	0	0	
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	4	4	3	
9º	Banco do Brasil S.A.	1	2	0	
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	

### 5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 28.02)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até fevereiro)
228,17	121,33	155,25	120,12	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta</b>

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 28.02)	Meta para 2015	Resultado parcial (até fevereiro)
<b>Total de acordos</b>	14	563	532,62	44	<b>538</b>	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta</b>
<b>Média mensal de acordos</b>	14	46,92	44,38	22	<b>44,83</b>	





## **6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES**

### **6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA**

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas pela manhã e às terças-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	8 (I) 1 (U) 4 (P)	8 (I) 1 (U) 4 (P)	-	-	-
<b>Tarde</b>	Pauta livre para inclusão de iniciais, prosseguimentos e/ou processos na fase de execução, conforme a necessidade	3 (P)	-	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 08.04.2015)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

### **6.2 PAUTAS LIVRES**

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
<b>Inicial</b>	11.05.2015	12.05.2015
<b>Una Sumaríssimo</b>	27.04.2015	20.04.2015
<b>Instrução</b>	18.08.2015	12.05.2015
<b>Tentativa de acordo em execução</b>	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 08.04.2015)

### **6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS**

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 28.02)	Varição 2014-2015
<b>Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência</b>	<b>Sumaríssimo</b>	9,00	42,05	367,26%	46,32	10,13%
	<b>Ordinário</b>	9,00	42,93	376,98%	47,49	10,64%
	<b>Total</b>	<b>9,00</b>	<b>42,89</b>	<b>376,52%</b>	<b>47,47</b>	<b>10,68%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

Em 2014, o prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo foi



de 42,05 dias, 20,51% mais célere do que a média regional, que foi de 52,90 dias. Por sua vez, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário foi de 42,93 dias, 33,66% mais célere do que a média regional, que foi de 64,71 dias.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

#### 6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2014					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
<b>Clocemar Lemes Silva</b>	703	482	40	31	<b>1.256</b>
<b>Deise Anne Herold</b>	67	23	2	0	<b>92</b>
<b>Rogério Donizete Fernandes</b>	26	17	2	0	<b>45</b>
<b>Total</b>	<b>796</b>	<b>522</b>	<b>44</b>	<b>31</b>	<b>1.393</b>
2015 (até 28.02)					
Juiz	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
<b>Charles Lopes Kuhn</b>	32	25	1	1	<b>59</b>
<b>Clocemar Lemes Silva</b>	56	25	1	0	<b>82</b>
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>50</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>141</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.03.2015)

#### 6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.



## 6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2014						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Clocemar Lemes Silva</b>	520	206	1	727	72	<b>799</b>
<b>Deise Anne Herold</b>	27	2	0	29	5	<b>34</b>
<b>Rogério Donizete Fernandes</b>	16	11	0	27	0	<b>27</b>
<b>(Juiz não informado) *</b>	0	0	0	0	1	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>563</b>	<b>219</b>	<b>1</b>	<b>783</b>	<b>78</b>	<b>861</b>
2015 (até 28.02)						
Juiz	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Charles Lopes Kuhn</b>	18	4	0	22	2	<b>24</b>
<b>Clocemar Lemes Silva</b>	26	19	0	45	19	<b>64</b>
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>23</b>	<b>0</b>	<b>67</b>	<b>21</b>	<b>88</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.03.2015)

## 6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz substituto <b>Charles Lopes Kuhn</b>		
Embargos à Execução		
<b>0020498-78.2014.5.04.0782</b> (Concluso em 29.01.2015 2 meses e 10 dias)	-	-
<b>Total: 01 processo</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 no dia da correição)

Juiz Titular <b>Clocemar Lemes Silva</b>		
Processos de Cognição		
<b>0001747-80.2013.5.04.0781</b> (Mais antigo. Concluso em 01.12.2014: 4 meses e 8 dias)	0020396-56.2014.5.04.0782	0020403-48.2014.5.04.0782
0020492-71.2014.5.04.0782	0020467-58.2014.5.04.0782	0020661-58.2014.5.04.0782
0020649-44.2014.5.04.0782	-	-
<b>Total: 07 processos</b>		

## 7 ROTINAS DE SECRETARIA

### 7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Tarefa executada em 48 horas.



## 7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Tarefa executada em 48 horas.

## 7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Tarefa executada em 48 horas.

## 7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

Tarefa executada em 24 horas.

## 7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Tarefa executada em 24 horas.

## 7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Tarefa executada em 05 dias.

## 7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Tarefa executada uma vez por semana.

## 7.8 CONVÊNIOS

A Unidade utiliza os convênios regularmente.

## 7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Tarefa executada uma vez por mês.

## 7.10 EXAME DOS LIVROS

### 7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000226-71.2011.5.04.0781*	24.11.2014	3 meses e 19 dias
2	0000360-65.2010.5.04.0771**	15.12.2014	2 meses e 28 dias
3	0001059-89.2011.5.04.0781**	26.01.2015	1 mês e 17 dias
4	0000063-23.2013.5.04.0781**	11.02.2015	1 mês e 2 dias
5	0000452-08.2013.5.04.0781**	18.02.2015	25 dias
6	0000272-26.2012.5.04.0781	27.02.2015	16 dias
7	0000188-88.2013.5.04.0781***	02.03.2015	11 dias



(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.03.2015)

\* Expedida notificação para devolução dos autos e, posteriormente, mandado de busca e apreensão.

\*\* Expedida notificação para devolução dos autos.

\*\*\* Deferida a dilação de prazo peticionada.

### 7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000887-50.2011.5.04.0781	21.12.2014	2 meses e 22 dias
2	0000232-15.2010.5.04.0781	09.02.2015	1 mês e 4 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.03.2015)

### 7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

Conforme consulta ao Sistema inFOR em 12.03.2015, verificou-se que não constam mandados com prazo excedido há mais de 10 dias na Unidade Judiciária.

## 8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 12.03.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **231 processos**. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

### 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	<b>001547-73.2013.5.04.0781</b>
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> (recursal) ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 510. <b>Movimentação processual:</b> o recurso ordinário e o requerimento do autor – fls. 572-584 – foram juntados em 09.9.2014 e apreciados 07 dias após (despacho da fl. 585).	
2	<b>0000329-10.2013.5.04.0781</b>
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> (execução) nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> cumprimento do item 1 do despacho da fl. 234 em 10 dias; o prazo das notificações das fls. 249 e 250 expirou em 25.8.2014 e o impulso processual ocorreu em 03.9.2014 – 09 dias após; o alvará da fl. 260 foi retirado pelo procurador do autor em 02.10.2014 e o impulso processual ocorreu em 28.10.2014- 26 dias após (fls. 262 e 263); o prazo das notificações das fls. 274 e 275 expirou em 20.2.2015 e a certificação de decurso de prazo ocorreu em 03.3.2015 – 09 dias após.	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

3	0000573-36.2013.5.04.0781
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> (recursal) nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> o prazo para interposição de recurso ordinário pelas partes, conforme andamentos do Infor, expirou em 08.4.2014 e o impulso processual ocorreu 24 dias após (despacho da fl. 353).	
4	0103100-47.2005.5.04.0781
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> (execução) nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> cumprimento do despacho da fl. 755, carmim, em 14 dias; o prazo das notificações das fls. 799 e 800, carmim, expirou em 15.9.2014 e o impulso processual ocorreu 22 dias após (despacho fl. 801, carmim); o mandado de reavaliação das fls. 803-805, carmim, foi juntado em 10.11.2014 e o impulso processual ocorreu 22 dias após (despacho fl. 808, carmim); cumprimento do item 1 do despacho da fl. 808, carmim, em 09 dias (desde a data da assinatura do despacho, em 03.12.2014); o prazo da notificação da fl. 809, carmim, conforme andamentos do Infor, expirou em 02.3.2015, sendo que até a remessa dos autos à Corregedoria não houve certificação de decurso de prazo.	
5	0000502-39.2010.5.04.0781
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> (execução) não foi lavrado termo para juntada da devolução postal da fl. 1580, carmim. <b>Movimentação processual:</b> certificação do decurso de prazo do mandado de citação da fl. 1537, carmim, em 07 dias (despacho fl. 1538, carmim); cumprimento do despacho da fl. 1555, carmim, em 07 dias (considerando a data da assinatura do despacho); o prazo da notificação da fl. 1556, carmim, conforme andamentos do Infor, expirou em 08.9.2014 e a certificação de decurso de prazo foi efetuada em 19.9.2014 (fl. 1557, carmim); o prazo da notificação da fl. 1581, carmim, expirou em 26.2.2015 e até o envio dos autos à Corregedoria não houve movimentação processual.	
6	0001071-35.2013.5.04.0781
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> (execução) constou, equivocadamente, no verso da fl. 225, carmim, 2013 como sendo o ano de publicação da decisão das fls. 222-225, carmim. <b>Movimentação processual:</b> decorreram 08 dias da juntada do recurso ordinário das fls. 228-258, carmim até o despacho da fl. 259, carmim; o prazo da notificação da fl. 260, carmim, conforme andamentos do Infor, expirou em 02.5.2014 e a certificação de decurso de prazo foi efetuada em 13.5.2014 – 09 dias após.	
7	0000330-92.2013.5.04.0781
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> (execução) nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> cumprimento do item 1 do despacho da fl. 217 em 10 dias; o prazo das notificações das fls. 232 e 233 expirou em 25.8.2014 e o impulso processual ocorreu 09 dias após (despacho da fl. 235); certificação de decurso de prazo das notificações das fls. 257 e 258 em 09 dias; da certidão da fl. 259 até o envio dos autos à Corregedoria não houve movimentação processual.	
8	0000361-49.2012.5.04.0781
<b>Aspectos gerais dos autos:</b> (execução) nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> cumprimento do despacho da fl. 125, carmim, em 10 dias; cumprimento do despacho da fl. 138, carmim, em 10 dias.	
9	0000549-42.2012.5.04.0781
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> (liquidação) nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> até o envio dos autos à Corregedoria, a petição da fl. 330 não foi apreciada pelo Juízo.	



10

0001131-13.2010.5.04.0781

**Aspectos gerais dos autos\***: (liquidação) não foi lançado o andamento referente ao julgamento do recurso de revista (fls. 332-340). **Movimentação processual**: o perito excedeu o prazo de 30 dias para elaboração do cálculo e, quando da devolução (fl. 348), solicitou juntada de documentos; posteriormente, voltou a exceder o prazo que lhe foi concedido para elaboração do cálculo (fl. 375); a petição da fl. 383 não foi apreciada.

\* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
Aguardando notificação	0101400-36.2005.5.04.0781
	0001127-68.2013.5.04.0781
	0101600-43.2005.5.04.0781
Autos aguardando arquivamento	0000767-07.2011.5.04.0781
	0066500-85.2009.5.04.0781
	0000217-12.2011.5.04.0781
Demora no impulso processual/registros desatualizados	0066000-19.2009.5.04.0781
	0090500-86.2008.5.04.0781
	0001315-61.2013.5.04.0781

## 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

## 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocadamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.



## 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

## 9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

A implantação do PJe na Unidade Judiciária ocorreu em 10.12.2013.

Para fins correccionais, foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 26.03.2015 e 06.04.2015 e com nova verificação na data da inspeção, juntamente com a Diretora de Secretaria. A posição, na data da visita correccional, é a que segue:

Agrupador	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos c/petições avulsas	-	-	-	08.4.2015
C/pedido de tutela não apreciados	-	-	-	08.4.2015
C/petições não apreciadas	-	03	-	08.4.2015
C/habilitações não lidas	-	01	-	08.4.2015
Mandados devolvidos OJ	-	11	-	08.4.2015
Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando ciência decisão-ConPra	Por data	03	Todos com prazo em vigor	08.4.2015
Aguardando ciência	Por data	14	20647.74.2014	12.3.2015
Aguardando cumprimento prov	Por data de vencimento da tarefa	55	20685.86.2014	27.3.2015
Aguardando cumprimento exec.	Por data de vencimento da tarefa e por assunto	23	20436.38 20016.33	31.3.2015
Aguardando cumprimento liq.	-	-	-	08.4.2015
Aguardando término dos prazos	Por nome dos servidores (conforme numeração final dos processos)	94	Todos com prazo em vigor	08.4.2015





Apreciar urgentes	-	-	-	08.4.2015
Controle manual prazo pós sent.	-	02	Prazo em vigor	08.4.2015
Prazos vencidos	Por nome dos servidores (conforme numeração final dos processos)	10	01	1º.4.2015
Triagem inicial	-	-	-	08.4.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente; as audiências iniciais são designadas automaticamente e, portanto, a Unidade observa o teor do art. 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Verificou-se boa gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, assim como organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

De qualquer forma, reiterou-se ao Diretor de Secretaria a necessidade de gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

## **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

Os dados extraídos da pesquisa no sistema e-Gestão revelam, inicialmente, significativa movimentação processual entre os anos de 2013 e 2014, o que decorre, principalmente, da redistribuição de processos provenientes da vara originária para a criação da 2ª Vara do Foro de Estrela em dezembro de 2013. De qualquer forma, a partir de sua criação, a unidade mostrou bom desempenho, tendo regularizado o grande fluxo de ações originado a partir da sua criação. Os acervos de processos nas fases de liquidação e execução são compatíveis com a movimentação do foro, mantêm-se estáveis até o início de 2015 e os prazos médios de tramitação processual são excelentes, estando todos muito abaixo da média regional com destaque para a fase de execução, cujo lapso de tramitação é mais de 70% (setenta por cento) mais célere do que média de todo o estado. O índice de acordos também se destaca, situando-se no patamar de 65%. A situação dos andamentos a serem corrigidos no lançamento de devedores no BNDT em processos com execuções já encerradas definitivamente é a mesma



encontrada na 1ª Vara - anteriormente à 2013, quando havia apenas uma Vara do Trabalho em Estrela, era adotado o procedimento de arquivamento dos processos apensados sem retirar o nome dos devedores do BNDT. Desde então, tem-se diligenciado no sentido de corrigir e solucionar tais pendências. Foi ponderado com a Diretora Janete Teresinha Sulzbach Henz, ainda em relação a andamentos, a necessidade corrigi-los naquelas ações apensadas a fim de que não ocorram situações como a verificada em relação aos apensados do processo 0105700-36.2008.5.04.0781 que foi apontada quando da verificação da meta 02 de 2012 do CNJ (item 5.1.3 do relatório). O cuidado e organização das pautas, tal como ocorre em relação a 1ª Vara é louvável e os aspectos observados no exame dos processos físicos não são relevantes.

Ao final da inspeção, a Corregedora parabenizou a Unidade pelo comprometimento de todos, e possibilitou a todos os servidores que se manifestassem, não tendo, contudo, havido manifestação.

O Juiz Titular Cloemar Lemes Silva demonstrou comprometimento e destaca-se pela produtividade; de acordo com o sistema e-Gestão, havia número ínfimo de processos conclusos para prolação de sentença com prazo excedido.

### **13 DETERMINAÇÕES**

#### **ITEM 3.4.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;

b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.4.3**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;

c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

#### **ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 25.09.2014, relativos à conclusão para julgamento dos embargos à execução apresentados pela terceira reclamada, bem como da decisão que não conheceu dos referidos embargos, no processo nº 0000217-12.2011.5.04.0781;

b) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 18.12.2013, relativos à conclusão para julgamento da exceção de



pré-executividade apresentada pela reclamada, bem como da decisão que não conheceu do referido incidente, no processo nº 0001127-68.2013.5.04.0781;

c) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 10.11.2014, relativos à conclusão para julgamento dos embargos à execução apresentados pela reclamada, bem como da decisão que não conheceu do referido incidente, no processo nº 0001127-68.2013.5.04.0781;

d) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 14.05.2014, relativos à conclusão para julgamento da exceção de pré-executividade apresentada pela quarta reclamada, bem como da decisão que rejeitou liminarmente o referido incidente, no processo nº 0101700-95.2005.5.04.0781.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

#### **ITEM 5.1.3 (Meta CNJ 2/2012)**

Determina-se à Unidade Judiciária que proceda à alteração manual de fase nos **44 processos listados no item 5.1.3**, os quais foram recebidos da 1ª Vara do Trabalho de Estrela por redistribuição em 10.12.2013 (data da instalação da 2ª Vara do Trabalho de Estrela) e, embora por equívoco na ocasião do cadastramento constem no sistema inFOR como se estivessem na fase de conhecimento, efetivamente se encontram apensados ao processo nº 0105700-36.2008.5.04.0781, o qual se encontra em fase de execução.

#### **ITEM 5.2.2 (Meta CNJ 2/2014)**

Determina-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias ao cumprimento dessa meta, destacando-se a necessidade de julgamento de, no mínimo, 01 processo dentre aqueles ajuizados no ano de 2011 ainda pendentes na fase de conhecimento para alcance do percentual exigido.

#### **ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO**

Determina-se que o Juiz Titular **Clocezar Lemes Silva** que profira as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.7 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível.

Cientifique-se o Juiz substituto **Charles Lopes Kuhn** acerca do processo concluso para sentença, listado no mesmo item deste relatório, para que profira a sentença com a maior brevidade possível.

#### **ITENS 7.10.1 e 7.10.2 - ADVOGADOS E PERITOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório



correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

## ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- c) os andamentos do sistema informatizado devem espelhar com clareza e fidelidade os atos praticados nos autos, nos termos do art. 94 da CPCR, devendo ser evitadas situações como a mencionada no processo 0001131-13.2010.5.04.0781, analisado no item 8.1;
- d) deve haver acompanhamento regular no que se refere aos prazos consignados para prática dos atos processuais, quer pelas partes, quer pelos auxiliares do Juízo, evitando situações como a mencionada no processo 0001131-13.2010.5.04.0781, analisado no item 8.1;
- e) movimente os processos 0103100-47.2005.5.04.0781; 0000502-39.2010.5.04.0781; 0000330-92.2013.5.04.0781; 0000549.42.2012.5.04.0781 e 0001131-13.2010.5.04.0781 analisados no item 8.1;

## 8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **231 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardando cumprimento de acordo, pagamento de precatório, andamento de outros processos ou decurso de prazo). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) expeça as notificações (processos nº 0101400-36.2005.5.04.0781, nº 0001127-68.2013.5.04.0781, nº 0101600-43.2005.5.04.0781),
- b) archive os processos (nº 0000767-07.2011.5.04.0781, nº 0066500-85.2009.5.04.0781, nº 0000217-12.2011.5.04.0781);
- c) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito (processos nº 0066000-19.2009.5.04.0781, nº 0090500-86.2008.5.04.0781, nº 0001315-61.2013.5.04.0781).



## **14 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os Juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Estrela, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceram o presidente da Subseção da OAB local, o advogado Daniel Horn, e a advogada Loire Adami. O representante da OAB informou ter encaminhado *email* aos advogados na localidade consultando a respeito de questões a serem suscitadas na Correição, tendo recebido a manifestação do advogado Arnildo Aloísio Caye expressando sua inconformidade em ter de exercer a sua atividade por meio do PJe atualmente; segundo o advogado, o Estatuto do Idoso, no art. 26, garante-lhe não ser obrigado a alterar suas normas de trabalho ou aprender novos modelos nas suas atividades. No mais, não houve nenhuma reclamação e o presidente da Seccional da OAB elogiou o bom trabalho das duas unidades do Foro de Estrela. A advogada Loire Adami também elogiou, em linhas gerais, o bom atendimento que lhe é concedido ao atuar no Foro Trabalhista de Estrela, assim como a boa atuação dos magistrados, que conduzem as audiências de forma precisa e imparcial. Em especial, louvou a atuação do magistrado titular nesta 2ª Vara, que atua há mais tempo na unidade.

## **15 PRAZO PARA RESPOSTA**

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

## **16 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Titular Clocezar Lemes Silva, pela Diretora de Secretaria, Janete Teresinha Sulzbach Henz, e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck**  
**Corregedora Regional**